

## **Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá**

### **Graduate study in regional development in the state of Amapá: the case of the Master Program in Regional Development at the Federal University of Amapá**

### **Posgrado en desarrollo regional en Amapá: el caso de la Maestría en Desarrollo Regional de la Universidad Federal de Amapá**

Jadson Luís Rebelo Porto, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Endereço: Universidade Federal do Amapá. Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02. Jardim Marco Zero. CEP: 68.903-419 – Macapá, AP. Telefone: (96) 3312-1700. E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br.

Yurgel Pantoja Caldas, doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Endereço: Universidade Federal do Amapá. Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02. Jardim Marco Zero. CEP: 68.903-419 – Macapá, AP. Telefone: (96) 3312-1700. E-mail: elcidyurgel@hotmail.com.

Roni Mayer Lomba, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá. Endereço: Universidade Federal do Amapá. Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02. Jardim Marco Zero. CEP: 68.903-419 – Macapá, AP. Telefone: (96) 3312-1700. E-mail: ronimayer@hotmail.com.

## Resumo

Este artigo descreve o papel do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, criado em 2006, a fim de qualificar o debate sobre o desenvolvimento regional, a partir de suas (re)configurações territoriais e fronteiriças. O artigo busca compreender a dinâmica territorial amapaense com o intuito de amadurecer as pesquisas sobre o papel que a pós-graduação pode oferecer na produção de um conhecimento que leve efetivamente ao desenvolvimento regional. Para tanto, realiza um resgate histórico sobre o Amapá, chegando à importância da criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, seus avanços e suas perspectivas para o desenvolvimento regional. Os resultados apontam que o estado do Amapá ainda é deficitário na produção do conhecimento, fator que, em parte, o referido curso de mestrado tem conseguido suprir.

**Palavras-chave:** Mestrado em Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento. Relação Fronteira Franco-Brasileira.

## Abstract

This article describes the action of the Master Program in the Regional Development at the Federal University of Amapá, created in 2006 in order to qualify the debate about regional development, based on border and territorial (re) configurations. The article seeks to understand the territorial dynamics of Amapá in order to improve research on the role that graduate study can perform in the production of knowledge that effectively leads to regional development. To do so, it provides an overview of the history of Amapá, leading to a discussion of the importance of the creation of the Master Program in Regional Development and of its advances and perspectives with respect to the development of the region. The results indicate that the State of Amapá is still deficient in terms of knowledge production, a problem that the said Master Program has helped, in part, to overcome.

**Keywords:** Master in Regional Development. Development. The Franco-Brazilian Border Relationship.

## Resumen

En este artículo se describe el papel del máster en Desarrollo Regional de la Universidad Federal de Amapá, creado en 2006 con el fin de calificar el debate sobre el desarrollo regional, a partir de sus (re)configuraciones territoriales y fronterizas. El texto trata de comprender las dinámicas territoriales de Amapá a fin de madurar la investigación sobre el papel que el posgrado puede ofrecer en la producción de conocimiento que permita de manera eficaz alcanzar el desarrollo regional. Para ello, recupera la historia de Amapá, alcanzando la importancia de la creación del máster en Desarrollo Regional, sus avances y perspectivas para el desarrollo regional. Los resultados indican que el estado de Amapá aún es deficitario en la producción de conocimiento, un factor que, en parte, el referido máster ha sido capaz de suministrar.

**Palabras clave:** Máster en Desarrollo Regional. Desarrollo. Relaciones Fronterizas Franco-Brasileñas.

## Introdução

Criado em 2006, o Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (MDR/Unifap), no município de Macapá, revela-se um instrumento de relevância para a produção científica local, não apenas por ser a primeira experiência da pós-graduação no estado, mas, sobretudo, por ter sido responsável pela produção de uma massa crítica, qualificando docentes de instituições públicas e privadas, além de outros profissionais em diversas áreas do conhecimento.

Macapá, capital do estado do Amapá, localiza-se na foz do Rio Amazonas e é cortada pela linha do Equador. O estado do Amapá fica no norte do Brasil e faz fronteira com a Guiana Francesa e com o Suriname.

Concebido em parceria com outras instituições de pesquisa amapaenses, como o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/AP), o referido mestrado nasceu a partir de iniciativa de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, em decorrência da deficiência de pesquisadores doutores no estado.

O amadurecimento do MDR/Unifap reflete um conjunto de necessidades que levou à revisão de sua proposta pedagógica – momento em que foi aprovado, no primeiro trimestre de 2013, um novo projeto político, necessário para adequar o crescente número de pesquisadores à nova configuração por que passa a estrutura desse mestrado.

Este artigo pretende abordar as potencialidades de pesquisa no estado, o papel da Universidade Federal do Amapá na produção do conhecimento e os avanços realizados desde a criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, assim como as novas perspectivas que se apresentam, como a instituição de parcerias externas e os novos arranjos territoriais.

### **A formação territorial amapaense**

Desde o período colonial, o território correspondente ao atual estado do Amapá tem sido alvo de constantes inserções de empreendimentos, notadamente externos, que atuaram na exploração de suas potencialidades naturais, com destaque para as atividades extrativistas.

A forma(ta)ção da fronteira amapaense como parte integrante de um sistema-mundo tem sido observada desde o século XVII, quando teve início sua participação como: parte integrante de ações expansionistas territoriais; parte envolvida de interesses comerciais; parte inserida em articulações geopolíticas e geoeconômicas; parte articulada de interesses internacionais; e parte construída por políticas públicas nacionais. O Amapá, juntamente com Roraima e Tocantins, foi estadualizado pela Constituição Brasileira de 1988 e se encontra em processo de construção de sua organização e ordenamento espacial. Sua origem como integrante da Federação brasileira é decorrente de sua criação como Território Federal (1943)<sup>1</sup>. A partir de então, o uso do seu território começa a ser (des)(re)construído, seja para se pensar políticas públicas, seja para investir recursos privados externos com o aval do setor público.

As definições territoriais entre Brasil (Amapá) e França (Guiana Francesa) eram conflituosas, sendo a fronteira somente reconhecida

oficialmente após o Laudo Suíço emitido em 1900. Devido ao processo de litígio inerente à situação de territórios contestados, as parcerias econômicas, políticas e institucionais entre os territórios francês e brasileiro foram praticamente nulas até a década de 1990.

Especificamente sobre o Amapá, ele ganhou importância política na década de 1940, com a criação do Território Federal do Amapá no governo do Presidente Getúlio Vargas, recebendo investimentos privados externos e públicos na organização e na estruturação territoriais. Vale destacar que a criação do território veio a reforçar o papel assumido pelo estado de resguardar as áreas fronteiriças que possuem histórico de litígios.

Podemos destacar algumas mudanças de ordem política e institucional após a criação do Território Federal, especialmente no que se refere à gestão local, uma vez que grande parte das terras pertencia à União e era composta, sobretudo, por unidades de conservação e terras indígenas. É nesse período que se inserem grandes projetos econômicos no Amapá, tanto na mineração, a exemplo da Icomi (Indústria e Comércio de Minérios S. A.), quanto na produção de celulose, caso do Projeto Jari.

Após o reconhecimento da condição de Território Federal, outro momento importante do Amapá foi a sua emancipação política: ele foi transformado em estado da Federação por meio da Constituição Federal de 1988. Esse novo momento da história amapaense possibilitou a formação de uma política de estado a partir dos interesses locais, com destaque para a diversificação da extração mineral, a ampliação do Distrito Industrial de Santana, o beneficiamento de suas potencialidades extrativas (madeira) e pesqueira e a expansão pecuária.

Na década de 1990, uma política de visibilidade resultou na implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), que previa a valoração dos recursos naturais sem a degradação do meio ambiente, incentivando pesquisas dessa natureza.

No âmbito econômico, um fator relevante na década de 1990 foi a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), que, a

partir da redução de impostos (IPI e ICMS), possibilitou a comercialização de produtos importados a preços mais baixos. A criação da ALCMS, na realidade, constituiu uma alternativa de recompensa econômica em decorrência das perdas de dividendos com o fim da exploração mineral pela Indústria e Comércio de Minérios S/A (Icomi)<sup>1</sup>.

No que concerne à política, podemos destacar que, na década de 1990, o Amapá começa a traçar políticas de cooperação econômica e institucional com o Departamento Ultramarino da Guiana Francesa, promovendo parcerias que ainda hoje não se efetivaram plenamente, mas que demonstram sinais promissores, como a criação da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque (fronteira natural entre o Amapá [Brasil] e a Guiana Francesa [França]), a pavimentação da rodovia BR-156, que interliga os dois territórios, e a aprovação de leis que desburocratizam a circulação de pessoas na fronteira desses dois países<sup>2</sup>.

Apesar dos avanços econômicos e institucionais, o Amapá ainda apresenta bastantes peculiaridades em relação ao restante do País, tendo vasto material para ser pesquisado e/ou catalogado. Cerca de 72% do seu território, por exemplo, tem alguma restrição de uso – são terras indígenas e unidades de conservação. Tal fato demonstra que o Amapá é um dos estados mais protegidos do Brasil; seu meio ambiente, porém, ainda é pouco pesquisado.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar alguns aspectos de relevância para a definição do papel da Universidade Federal do Amapá no cenário local, assim como as diretrizes que o Mestrado em Desenvolvimento Regional poderá adotar no sentido do desenvolvimento regional.

## **O papel da Universidade Federal do Amapá e do Mestrado em Desenvolvimento Regional na produção do conhecimento**

A Unifap foi criada em 1990, tendo iniciado suas atividades como Núcleo Avançado de Ensino, vinculado à Universidade Federal do Pará, ofertando nove cursos de graduação e nenhum de pós-graduação. Quando de sua criação, a Unifap contava com apenas 66 docentes. Em 2013, a universidade chegou a 22 cursos de graduação, cinco mestrados acadêmicos, um doutorado acadêmico e 303 docentes, com perspectiva

<sup>1</sup> Várias obras analisam a questão mineral no Amapá, dentre as quais Chagas (2013) e Drummond e Pereira (2007).

<sup>2</sup> Sobre a mudança das relações fronteiriças para as novas interações trans-fronteiriças entre Amapá e Guiana Francesa, vide Silva (2008 e 2013), Porto (2010a, 2010b e 2012), Porto e Santos (2012) e Porto e Theis (2013).

de atingir a marca de 390 professores efetivos, visto que a instituição realizou um grande concurso para o provimento de 85 vagas no quadro efetivo de professores.

Ainda assim, antes da realização do referido concurso, a Unifap vinha enfrentando problemas agudos para obter profissionais mais qualificados para incorporar a seu quadro de docentes. As principais dificuldades são as distâncias em relação aos principais centros de pesquisa do País e a falta de atratividade da carreira docente, fator relacionado ao custo de vida local mais elevado, o que leva ao retorno de alguns dos profissionais aprovados para a carreira docente na universidade a seus estados de origem.

Em 1997, foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) na instituição, juntamente com os departamentos de Pesquisa (DPq) e de Pós-Graduação (DPg). Naquele ano, a Unifap possuía somente 19 mestres e um doutor. A partir de então, houve investimentos no sentido de estimular a qualificação do servidor em dois direcionamentos: a) liberação total do servidor para cursar mestrado e doutorado em outros estados da Federação e em outros países (Espanha, EUA e Cuba); e b) liberação parcial para cursar mestrados interinstitucionais nos períodos de 1999-2001 (Unicamp – História e Linguística) e de 2001-2003 (UnB – Desenvolvimento Sustentável – Multidisciplinar).

Pensando na perspectiva de incentivar a qualificação profissional na região e mantendo o *status* de universidade, a Unifap criou em 2006<sup>ii</sup> os programas de mestrado em Desenvolvimento Regional, Direito Ambiental e Políticas Públicas, e de doutorado em Biodiversidade. Sendo o quadro de docentes na instituição pequeno e pulverizado em diversas áreas do conhecimento, a alternativa foi criar cursos interdisciplinares que pudessem dialogar com diversas ciências.

Nessa realidade, o MDR/Unifap<sup>iii</sup> foi criado no ano de 2006, juntamente com o Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas e o mestrado e doutorado em Biodiversidade. Para a efetivação do MDR, foram realizadas parcerias de relevante importância com o Iepa e com a Embrapa/AP. Tais instituições possuem quadro de pesquisadores

doutores qualificados, o que configura uma parceria que comporta tanto a incorporação do quadro docente quanto o uso compartilhado de laboratórios e bibliotecas.

### **A construção do conhecimento na fronteira amazônica setentrional: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional no Amapá**

O Mestrado em Desenvolvimento Regional foi criado primeiramente com o nome de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (Minteg). Naquele momento (2006), foram realizados esforços no sentido de possibilitar o desenvolvimento da pesquisa e da ciência no Amapá, que, no geral, possuía um número bastante reduzido de pesquisadores, tanto nas universidades do estado quanto nos outros centros de pesquisa.

A Unifap, por seu turno, historicamente tem enfrentado elevado déficit de pesquisadores e professores com titulação de mestre e doutor. A criação do MDR/Unifap possibilitou que alguns docentes se qualificassem como mestres – posteriormente, alguns deles foram aprovados em programas de doutorado internos (DINTER) ou externos –, ensejou a qualificação dos docentes da instituição e tem sido responsável pela formação de massa crítica de pesquisadores no estado do Amapá, sendo que muitos desses profissionais foram inseridos em órgãos públicos ou instituições de ensino privadas.

Responsável pela formação de 79 mestres, desde as primeiras defesas do programa em 2008, o MDR promove a formação desses profissionais, contribuindo para a qualificação e a formação de uma massa crítica, o que é considerado de grande valia para o Amapá, estado que possui cinco programas de mestrado e um de doutorado, todos da Unifap.

No primeiro projeto político, a área de concentração do programa era Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional, com duas linhas de pesquisa: Organização do Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Educação, Cultura e Sociedade. Como consequência da ampliação do quadro docente da Unifap, aumentou-se



o número de professores vinculados ao MDR/Unifap: um salto de seis professores permanentes e três colaboradores para 14 professores permanentes e seis colaboradores, no período entre 2006 e 2012. A ampliação do corpo docente desse curso de pós-graduação é fruto da demanda criada pela abertura de novos concursos na Unifap, assim como nas instituições parceiras (Iepa e Embrapa).

Outra alteração importante foi a modificação da estrutura de disciplinas. Na primeira proposta curricular, o programa apresentava um número reduzido de disciplinas, que totalizavam em média 60 horas ou quatro créditos. Na nova proposta curricular, aprovada no primeiro trimestre de 2013, a maioria das disciplinas totaliza 30 horas ou dois créditos, com mais opções de oferta em decorrência do crescimento do número de docentes pertencentes ao programa, sendo que os alunos deverão cumprir pelo menos 28 créditos, dos quais 12 de disciplinas obrigatórias e 16 de optativas.

Como reflexo dessa mudança, pretende-se ampliar as formas nas quais os acadêmicos serão inseridos. Assim, os mestrandos farão mais disciplinas, porém de carga horária menor, possibilitando a escolha de um conjunto de disciplinas mais adequado a sua proposta de pesquisa.

O MDR/Unifap consiste, pois, no reflexo de quatro escalas de atuação: a local, a regional, a nacional e a internacional. Suas novas linhas de pesquisas (Meio Ambiente e Planejamento, Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico e Sociedade, Cultura e Políticas Públicas) são adequadas à nova realidade do mestrado e às demandas regionais.

As áreas prioritárias de atuação do mestrado, nesse sentido, estão atreladas ao debate sobre o planejamento ambiental, tendo em vista o fato de que grande parte do território amapaense é composta por áreas de conservação e considerando também que o meio ambiente é pauta de discussão em diversos âmbitos, como na academia e nos centros de pesquisa.

Além do aspecto ambiental, é importante destacar a condição fronteiriça e as parcerias estabelecidas entre o Amapá e o Departamento

Ultramarino da Guiana Francesa no âmbito da cooperação econômica e científica. Espaço rico por sua diversidade cultural, o Amapá tem registros paleontológicos relativos à construção de uma sociedade amazônica alicerçada por populações que habitam o território há séculos – indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros.

Nesse universo de potencialidades de pesquisa sobre o desenvolvimento regional, estão colocados os principais pilares de construção científica que o Mestrado em Desenvolvimento Regional deve levar em consideração sobre o Amapá.

### **Projetos de pesquisa desenvolvidos no Mestrado em Desenvolvimento Regional**

O Amapá, como já frisado, é um dos estados da Federação mais carentes em termos de desenvolvimento socioeconômico e um dos menos contemplados com financiamentos envolvendo projetos de pesquisa e outras atividades acadêmicas. Como reflexo desse processo, tem uma produção do conhecimento ainda deficitária.

Quando se observam os investimentos realizados na Região Norte, no período de 1997-2002, percebe-se que os estados do Sudeste centralizam a maior parte dos recursos, ao passo que os do Norte registram índices inferiores a 4,5% do cenário nacional. E, quando se analisa somente a distribuição dos recursos para a Região Norte, verifica-se que há uma concentração dos recursos nos estados do Pará e do Amazonas. Em conjunto, Pará e Amazonas recebem cerca de 80% do que é investido no Norte, cabendo aos demais estados dividir o que resta.

Mesmo com essas condições adversas, alguns projetos e grupos de pesquisas foram consolidados no MDR/Unifap, desde a sua criação, em 2006. Dos mais significativos, destacamos alguns a seguir.

### **Observatório das Fronteiras Amazônicas do Platô das Guianas**

Esse observatório tem por escopo analisar as dinâmicas territoriais e o processo de desenvolvimento transfronteiriço da faixa de

fronteira da Amazônia Setentrional com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela, a partir da criação de um viés acadêmico e científico que discuta as dinâmicas e o planejamento territoriais das fronteiras do Platô das Guianas.

Considerando que as relações transfronteiriças estão na pauta das grandes discussões das relações internacionais e dos debates geoeconômicos mundiais, as interações e as integrações espaciais entre os mencionados países vêm se consolidando, principalmente na esfera local, na zona de contato binacional. Tal condição estimula a criação de acordos diplomáticos formais, pois as relações informais ainda são muito presentes.

O referido observatório originou-se da união de grupos de pesquisa compostos por docentes e pesquisadores das universidades federais do Amapá e de Roraima, que selecionaram a raia fronteiriça que afeta diretamente a fronteira da Amazônia Setentrional brasileira: a amapaense (Guiana Francesa e Suriname), a fim de analisar e comparar diversos aspectos das dinâmicas espaciais dessa fronteira, suas políticas públicas de ordenamento territorial, seus programas de integração territorial internacional a elas destinadas e as transformações socioespaciais e ambientais.

O estado do Amapá possui, assim, uma condição fronteiriça ímpar no cenário nacional, sendo o único no Brasil que faz fronteira com a União Europeia, no caso, com a Guiana Francesa – um departamento ultramarino da França. Dessa forma, o Amapá é o estado que estabelece relações com a maior fronteira francesa no cenário mundial, o que marca a ultraperiferia do departamento ultramarino da Guiana Francesa.

O pressuposto identificado para a criação do observatório foi decorrente da necessidade de se criar um espaço que analisasse a nova configuração territorial transfronteiriça do Platô das Guianas, que vem se construindo notadamente após a década de 1990, mediante a consolidação de uma fronteira-rede, reformatando as condições, as relações e as dinâmicas transfronteiriças.

Nesse sentido, o debate sobre a recente interação da fronteira da Amazônia Setentrional (pautado nas relações transfronteiriças; na condição fronteiriça; no desenvolvimento da ultraperiferia; no uso sustentável das potencialidades naturais desses espaços; nas suas vantagens competitivas e comparativas; na sua soberania; e em sua articulação com um mundo globalizado e em rede) vem se intensificando.

Para atender ao objetivo geral deste projeto, destacar-se-ão os seguintes elementos para reflexões como estímulos aos estudos sobre a faixa de fronteira: a condição fronteiriça amapaense; as políticas públicas transfronteiriças; as configurações urbanas da/na fronteira; a inserção e a função da fronteira na economia-mundo; e a política territorial.

### **Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia**

A Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia consiste em uma rede de pesquisa e extensão vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que tem como missão contribuir para o aperfeiçoamento do processo de concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento para a região amazônica, seus estados e municípios, apoiadas no conhecimento científico, nos saberes tradicionais e na participação qualificada dos atores regionais.

O objetivo do projeto é o de fortalecer a capacidade e o desempenho das organizações públicas e privadas que atuam na prevenção do desmatamento e na gestão socioambiental dos estados e municípios amazônicos, por meio da implantação e da dinamização das ações da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia.

O núcleo do Amapá está dividido na seguinte proposta:

1) dimensão político-institucional: identificação, caracterização e análise da capacidade e do desempenho das instituições que operam a gestão socioambiental nos estados da Amazônia Legal, por intermédio de mapeamento institucional e produção de indicadores mesorregionais para o período 1960-2010;

2) dimensão socioeconômica: avaliação da relação entre desenvolvimento institucional, desenvolvimento econômico, qualidade de vida e desmatamento no bioma amazônico, por meio da análise da dinâmica socioeconômica e dos impactos ambientais decorrentes do processo de expansão da fronteira econômica brasileira nos nove estados da Amazônia Legal, no período 1960-2010; e

3) dimensão ambiental: identificação, caracterização e análise preliminar das áreas legalmente protegidas, das iniciativas públicas e privadas de gestão dos recursos naturais e de sua produção sustentável nos nove estados da Amazônia Legal brasileira, por intermédio da elaboração de indicadores de gestão ambiental por mesorregião.

### **Observatório Nacional de Educação Especial**

Apesar do expressivo crescimento da produção científica na área de Educação Especial, o conhecimento que vem sendo produzido tem tido pouco ou nenhum impacto na definição dos caminhos que as políticas educacionais para a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais têm assumido no País.

Isso acontece em parte pela falta de articulação entre pesquisadores e seus projetos, resultando em produções reiterativas que acabam tendo muito pouca visibilidade. Considerando a importância atual da articulação da produção científica em contextos de redes colaborativas de pesquisa, a presente proposta visa fomentar a criação do Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp), cujo foco será a produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas à questão da inclusão escolar na realidade brasileira.

O presente projeto de pesquisa pretende inaugurar as atividades do Oneesp, tendo como foco uma avaliação de âmbito nacional do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), promovido pela Secretaria de Educação Especial/MEC, que, desde 2005, vem apoiando a criação desse serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo dados do próprio MEC, entre os anos de 2005 a 2009, foram financiadas 15.551 SRMs em 4.564 municípios brasileiros, abrangendo todos os estados.

Em que medida esse tipo de serviço tem apoiado a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais? Que limites e possibilidades as SRMs oferecem? Para responder a essas questões, 25 pesquisadores provenientes de 16 estados brasileiros, representantes de 22 universidades e de 18 programas de pós-graduação, estão se propondo a conduzir um estudo em rede, cujo delineamento misto envolverá estudos locais nos municípios, com professores de salas de recursos, baseados na metodologia da pesquisa colaborativa, que tem como foco produzir simultaneamente conhecimento e formação; combinado com um estudo nacional do tipo *survey*, que, por sua vez, pretende coletar dados com uma amostra de 2.500 professores das SRMs, por meio de um questionário disponibilizado em sítio da Internet.

### **Programas de financiamento e ações intrarregionais, nacionais e internacionais**

#### *Edital MCT/CNPq n° 07/2006*

A partir do Edital MCT/CNPq n° 07/2006, iniciaram-se as primeiras ações e interações entre os grupos de pesquisa integrantes do Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) da Unifap e do Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da UFPA, bem como a participação de mestrandos em disciplinas em outros programas *stricto sensu* fora do estado do Amapá

O MDR/Unifap, ao iniciar suas atividades em 2006, aprovou projetos junto a agências de fomento brasileiras, o que estimulou desde construções acadêmicas sobre o espaço amapaense até interações técnico-científicas intrarregionais. Logo em seguida, começou a se envolver na construção e no desenvolvimento de comissões científicas de eventos (nacionais e internacionais) e de comitês editoriais. Além disso, o citado mestrado passou a fazer parte de um dos cursos formadores do Fórum Amazônico de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Com a conclusão da programação desse edital, alcançou-se a seguinte produção científica:

**Tabela 1. Produção do MDR a partir do Edital MCT/CNPq n° 07/2006**

	Artigos completos publicados	Livros	Capítulos de livros	Trabalhos completos em anais	Projetos aprovados em outros editais
Total	24	4	6	21	9

Fonte: Secretaria do MDR/Unifap.

*Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV n. 16/2008: Casadinho*

Com o aporte de recursos acessados pelo Edital Casadinho, foi possível executar atividades e organizar os programas de pós-graduação envolvidos com as seguintes ações:

- a) aquisição de equipamentos de informática para os programas de pós-graduação, modernizando-os e ampliando suas acessibilidades à Internet;
- b) aquisição de material bibliográfico destinado às bibliotecas dos cursos de pós-graduação, a fim de fortalecer as suas respectivas linhas de pesquisa e os grupos de pesquisa envolvidos;
- c) aquisição de material de consumo para o funcionamento cotidiano dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa envolvidos no projeto;
- d) apresentação de trabalhos de docentes e discentes do MDR em eventos nacionais e internacionais de seus objetos de pesquisa;
- e) formatação e organização do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; e
- f) participação de docentes de instituições externas ao Amapá em bancas de defesa de dissertação do MDR, palestras e/ou conferências.

Finalizada a programação do Edital Casadinho no período de 2009-2010, os docentes do MDR conseguiram apresentar uma produção científica, cujos índices são os seguintes:

**Tabela 2. Produção do MDR a partir do Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV n° 16/2008**

	Artigos completos publicados	Livros	Capítulos de livros	Trabalhos completos em anais	Projetos aprovados em outros editais
Total	13	05	21	26	13

Fonte: Secretaria do MDR/Unifap.

Foram adquiridos *notebooks* e computadores para a execução das investigações realizadas pelos grupos de pesquisa, além de livros para a biblioteca central da universidade, a fim de garantir referências teóricas aos assuntos debatidos em sala de aula e para a elaboração das dissertações construídas.

Foram consolidados os grupos de pesquisa integrantes do MDR/Unifap, que, ao fim, pôde contar com mais um grupo (Migração, Relações de Trabalho e Políticas Públicas), aproximando e ampliando o foco das análises regionais para a faixa de fronteira e as interações espaciais transfronteiriças.

A cooperação científica entre os programas de pós-graduação permitiu a elaboração e a aprovação de outros projetos enviados à Capes, ao CNPq e ao Ministério da Saúde, envolvendo docentes e pós-graduandos. Com o apoio cedido pelo CNPq, por meio do edital Casadinho, foi possível a participação de docentes do MDR em outros editais, aprovando projetos como:

- a) Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (Rosemary Andrade), financiado pelo Edital SIS-Fronteiras/ Ministério da Saúde;
- b) Desenvolvimento regional e as dinâmicas espaciais da faixa de fronteira setentrional da Amazônia Oriental (Arley Oliveira da Costa), financiado pelo Edital Novas Fronteiras (Capes);
- c) Dinâmicas sociais no extremo norte do Brasil: migração, trabalho irregular e políticas públicas na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa (Manoel de Jesus Souza Pinto), financiado pelo PPP- SETEC-AP/CNPq;
- d) Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns (Marinalva Silva Oliveira);



- e) Desenvolvimento e aprendizagem infantil em contextos de ensino regular em ambientes interculturais (Marinalva Silva Oliveira), financiado pela Finep-CT-Infra;
- f) Laboratório de Análises Sócio-Ambientais (LASA) do Vale do Jari (Valter Gama de Avelar), financiado pela Finep-CT-Infra;
- g) Ajustes espaciais na faixa de fronteira da Amazônia Setentrional brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território (Jadson Luis Rebello Porto), financiado por Capes/Ministério da Defesa;
- h) Estudo do potencial da contribuição dos serviços ambientais no Módulo 4 da Floresta Estadual do Amapá (Flota/AP) para o desenvolvimento sustentável local e regional (Eleneide Doff Sotta), projeto financiado pelo CNPq;
- i) Plano de desenvolvimento sustentável do polo/roteiro Maracá-Cunani (José Alberto Tostes), financiado pelo Ministério do Turismo;
- j) Questão Étnico-Racial em Contextos Educativos Formais e Não-Formais Localizados em Comunidades do Campo e Quilombolas do Amapá (Eugenia Foster), financiado pelo Ministério da Educação;
- k) Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano das Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá (Valdenira Ferreira dos Santos), integrante de projeto financiado pelo Ministério Público do Estado do Amapá.
- l) AMASIS – Integração de Dados Geofísicos, Geológicos e Geoquímicos na Reconstituição da Paleogeografia da Costa Amazônica, do Neógeno ao Recente (Valdenira Ferreira dos Santos), integrante de projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos, com auxílio financeiro do Petróleo Brasileiro – Rio de Janeiro – Matriz Amazônica;
- m) Orla Macapá – Dinâmica e Estrutura Biótica e Abiótica na Orla de Macapá, Município de Macapá, Amapá (Valdenira Ferreira dos Santos), coordenadora de projeto financiado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa);
- n) PROCLAM – *Programme de Cartographie des Littoraux Amazoniens* (Valdenira Ferreira dos Santos). Programa de cooperação dentro da rede Ecolab. Instituições participantes: IRD/Ufpa/Iepa/MPEG. Financiado pela Comunidade Europeia (*Community Initiative Programme – INTERREG IIIB – Caribb*) e integrante de projeto financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;

- o) Bioprospecção e exploração sustentável de ornamentais tropicais visando reduzir pressão de desmatamento no Amapá (Gilberto Yokomizo), financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá;
- p) Micropropagação *in vitro* visando à exploração sustentável de ornamentais tropicais no Amapá (Gilberto Yokomizo), financiado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá; e
- q) Avaliações e coletas visando ao uso sustentável de mangabeiras (*Hancornia speciosa Gomez*) do Cerrado Amapaense (Gilberto Yokomizo), financiado pelo CNPq.

Em 2011, o coordenador do projeto Casadinho foi convidado pelo Núcleo de Estudos Caribenhos (Necar), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para ministrar palestras naquela instituição, como também para dividir experiências sobre a elaboração, a construção e a execução do Mestrado em Desenvolvimento Regional e sua interação com o Platô das Guianas, aprovado em 2012 pela Capes. A partir dessa visita, iniciaram-se diálogos entre grupos de pesquisa do Necar/UFRR e do MDR/Unifap para discussões sobre as faixas de fronteira roraimense e amapaense, suas interações com os países caribenhos e possíveis parcerias científicas e mobilidades acadêmicas.

Em 2012, foram criados dois observatórios com o intuito de discutir as fronteiras do Platô das Guianas e do Caribe, promovendo a interação entre docentes da UFRR, da Unifap e do Observatório Homem-Meio, na Guiana Francesa.

#### *Edital Pró-Defesa n° 01/2008 – CAPES/MIN. Defesa*

Esse edital teve a participação de dois docentes do MDR, dois docentes do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA) e um da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (doutorado em Geografia).

Como resultado, na qualificação de pessoal, foram alcançados os seguintes resultados indicados na Tabela 3:

**Tabela 3. Qualificações do MDR a partir do Edital Pró-Defesa n° 01/2008**

	Pós-doutorado em andamento	Graduações concluídas	Dissertações concluídas	Doutorados concluídos	Pós-doutorados concluídos
Total	1	6	7	4	2

Fonte: Secretaria do MDR/Unifap.

Concluída a programação do Pró-Defesa, no período de 2009-2012, os docentes do MDR, incluindo pesquisadores, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos envolvidos no projeto, conseguiram apresentar a seguinte produção científica (Tabela 4):

**Tabela 4. Produção do MDR a partir do Edital Pró-Defesa n. 01/2008**

	Artigos completos publicados	Livros	Capítulos de livros	Trabalhos completos em anais	Projetos aprovados em outros editais
Total	16	8	16	44	2

Fonte: Secretaria do MDR/Unifap.

O principal resultado do edital foi – conforme já abordado neste artigo – a criação do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas, na Universidade Federal do Amapá, visando analisar as dinâmicas territoriais e o processo de desenvolvimento transfronteiriço da faixa de fronteira da Amazônia Setentrional com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela, a partir da criação de um observatório que discuta as dinâmicas e o planejamento territoriais das fronteiras do Platô das Guianas.

### Considerações finais

Contando atualmente com 22 docentes, o MDR/Unifap possui como objetivos: a) proporcionar formação científica, com a devida articulação teórico-prática, a pessoas com título de nível superior; b) estimular investigação criteriosa sobre os processos de desenvolvimento regional; c) capacitar para a pesquisa e a docência; e d) desenvolver espírito crítico e rigor nas publicações científicas, inclusive na dissertação.

Assim, espera-se que, ao final do curso, o aluno possa:

- 1) desenvolver pensamento crítico acerca dos problemas do desenvolvimento regional;
- 2) analisar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas das relações sociedade/natureza;
- 3) refletir sobre as condições teórico-metodológicas da interface sociedade/meio ambiente; e
- 4) elaborar propostas de políticas públicas que aprimorem a qualidade de vida.

Mesmo estabelecida em um cenário que por vezes se mostra desfavorável para o alcance de objetivos ligados à pesquisa e à ciência – com sérias dificuldades de acesso à Internet de velocidade rápida para a transmissão de dados e com precariedade no sistema de transporte, tanto fluvial quanto aéreo ou rodoviário, considerando ainda que os preços das passagens aéreas comprometem o deslocamento tanto de docentes quanto de discentes para participarem de eventos científicos fora do estado e, conseqüentemente, publicarem artigos nessas ocasiões –, a Universidade Federal do Amapá, e seu Mestrado em Desenvolvimento Regional, abriga muitos professores recém-doutores. Esses fatos revelam uma realidade em construção em relação a outros centros de pesquisa do Brasil, uma realidade em que os próprios docentes que fazem parte da pesquisa na Universidade Federal do Amapá constituem a materialidade do investimento feito por órgãos de fomento à pesquisa, como a Capes e o CNPq.

Contudo, há que se mencionar, por exemplo, que, embora haja todo um esforço das agências de fomento nacionais na CT&I da Amazônia, ainda há desigualdades regionais dentro da própria Amazônia. Para aquelas instituições localizadas fora do centro regional, onde tudo está por ser construído, os recursos financeiros acessados apresentam-se insuficientes. No entanto, tem sido efetivado um esforço considerável por parte das instituições amazônicas de CT&I no sentido de qualificar, atrair e fixar massa crítica na região e produzir conhecimento e ciência em um enorme laboratório de biodiversidade mundial. A dimensão territorial encarece algumas ações, como: acesso a material técnico-científico e laboratorial; execução de trabalho de campo em todas as áreas de conhecimento; mobilidades acadêmicas e participação de professores de instituições de fora da região na formação de bancas de avaliação das dissertações e das teses defendidas; bem

como participação de docentes em bancas externas aos seus estados amazônicos de residência.

Por esse desafio também passam a Unifap e seus programas de pós-graduação. Contudo, considerando a condição e a nova dinâmica fronteiriça amapaense, os esforços que os docentes dos mestrados ali instalados vêm executando vão para além das condições ofertadas pelas instituições. Considerando que o quadro de docentes da Unifap é reduzido (em 2013, eram 487, dos quais 130 doutores) e que eles são eminentemente recém-doutores, fruto dos investimentos do País na qualificação de mão de obra, as dificuldades de manutenção desse pessoal é imensa. E esse é um dos grandes desafios dos gestores das instituições de pesquisa amazônicas.

O MDR/Unifap reflete tal situação: por um lado, tem o desafio de explicar as dinâmicas de fronteira; por outro, é constantemente contatado e estimulado a ampliar suas articulações nacionais e internacionais (principalmente por instituições de pesquisa francesas), e os seus docentes são parte fundamental para a consolidação dessas articulações e dos grupos de pesquisa envolvidos nos projetos já mencionados neste artigo. Devido a esse panorama, a fronteira que engloba o Platô das Guianas passa a ser considerada, entre outras coisas, o espaço da construção do saber, das discussões e da capacidade produtiva de uma região muitas vezes negligenciada pelos grandes centros de pesquisa no Brasil.

Nesse sentido, hoje não se pode pensar no desenvolvimento regional do espaço transfronteiriço entre Brasil/França sem considerar: a nova dinâmica e os novos usos da fronteira com a Guiana Francesa; a discussão decorrente de sua posição geográfica; a representação político-administrativa da Guiana Francesa como uma ultraperiferia da França e também representante da União Europeia na América do Sul; a nova condição fronteiriça, com uma relação inversa, em comparação com a dos demais países limítrofes ao Brasil, no que diz respeito às dinâmicas migratórias e às relações econômicas e cambiais entre o euro e o real, que estimulam a construção de relações diplomáticas e políticas internacionais entre o Brasil e seus vizinhos fronteiriços no Platô das Guianas.

Assim, a revisão constante dos usos da fronteira Brasil/França também abre espaço para a consolidação da pós-graduação na Universidade Federal do Amapá, seja para a criação de massa crítica local, seja para a elaboração de planejamentos regionais transfronteiriços ou mesmo para a resolução de problematizações inerentes ao espaço da fronteira da Amazônia Setentrional.

### **Notas explicativas**

(i) Os Territórios Federais foram resultado de ações que conduziram à formação de estruturas capazes de inseri-los em um mundo globalizado e em rede; que envolveram relações de políticas econômicas; que expuseram condições para atender as elites locais, delimitando um espaço juridicamente definido e territorializando suas relações de poder (PORTO, 2005). Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Temer (1975); Freitas (1991); e Porto (2003).

(ii) O MDR encontra-se no comitê de Planejamento Urbano e Regional (PUR) da Capes. Porto, Schneider, Staloch e Igreja (2013) identificam nessa subárea três subperíodos entre 1970-2013 quanto ao seu comportamento de construção, tendo como referência de início a instalação do primeiro programa em Planejamento Urbano e Regional no Brasil, instalado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970): 1) Gênese da área de PUR (1970-1999) – Nesse período, iniciou-se a construção do pensamento do Planejamento Regional e Urbano no Brasil, com forte influência de outras áreas do conhecimento (Geografia, Sociologia, Arquitetura, entre outras). Na década de 1980, não há registros de programas novos. Na década de 1990, inicia-se o período de doutoramento em PUR no Brasil, decorrente da evolução de mestrados nessa subárea, indicando o amadurecimento e os resultados dos investimentos nos mestrados outrora existentes, bem como o crescimento de formação de doutores no Brasil nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e a sua mobilidade no cenário nacional decorrente dos concursos efetivados em todas as regiões do País. Foram registrados cinco cursos no período, sendo três mestrados e dois mestrados/doutorados;

2) Expansão e diversificação da área PUR (2000-2005) – Nesse período, registraram-se sete cursos, sendo quatro mestrados, dois mestrados/doutorados e um mestrado profissional. É nesse primeiro quinquênio do século XXI em que se insere a nova modalidade de *stricto sensu* no País, o mestrado profissional, mas não a sua regulamentação. Outra característica diz respeito ao amadurecimento de mestrados outrora existentes, originando a expansão de cursos de doutorado na área de PUR; e

3) Expansão, desconcentração regional e interiorização da área PUR (Pós-2006) – Nesse período, houve um acréscimo de 24 cursos novos, triplicando a quantidade, principalmente de mestrados acadêmicos, octuplicando os mestrados profissionais e duplicando a quantidade de doutorados no País. Após 2006, ocorre a desconcentração regional e interiorização dos programas de pós-graduação de PUR no Brasil, mediante a criação dos primeiros cursos na área PUR nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, inserindo estudos focados na fronteira, a exemplo dos casos do Amapá e Roraima. Tal comportamento se deve à ocupação das universidades por jovens doutores e pelo retorno de pessoal qualificado daquelas regiões, que foram liberados para se qualificarem e retornarem ao seu lugar de origem.

(iii) O MDR encontra-se registrado no comitê de Planejamento Urbano e Regional (PUR) da Capes. Porto, Schneider, Staloch e Igreja (2013) identificam nessa subárea três períodos entre 1970 e 2013 quanto ao seu comportamento de construção, tendo como referência de início a instalação do primeiro programa em Planejamento Urbano e Regional do Brasil, instalado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1970.

Recebido em: 18/04/2013

Aprovado em: 17/03/2014

## Referências bibliográficas

BENEVIDES, M. **Os novos Territórios Federais (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguacu):** geografia, história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CHAGAS, M. A. **Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade** – de Augusto Antunes a Eike Batista. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista, 1991.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

\_\_\_\_\_. **Administração territorial: comentários, subsídios e novas leis**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MORTARA, G. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 16, jul.1944.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. Macapá: Setec, 2003.

\_\_\_\_\_. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá: Conflitos e perspectivas**. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005.

\_\_\_\_\_. A condição fronteiriça amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). **Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades**. Belém: Naea/UFPA, 2010a.

\_\_\_\_\_. A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. M; NASCIMENTO, D. M.(Orgs.). **Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Publit, 2010b.

\_\_\_\_\_. Expectativas da fronteira da Amazônia Setentrional: a busca pela interação do Platô das Guianas. In: PORTO, J. L. R; NASCIMENTO, D. M. (Orgs.). **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.



PORTO, J. L. R.; SANTOS, P. G. S. Reconstrução da fronteira amapaense: da defesa aos novos usos da linde Amapá-Guiana Francesa. In: SILVEIRA, E. D.; CAMARGO, S. A. F. de. (Orgs.). **Socioambientalismo de fronteiras**. Curitiba: Juruá, 2012.

PORTO, J. L. R.; SCHNEIDER, L. L.; STALLOCH, R.; IGREJA, P. S. **Os programas de pós-graduação da área de Planejamento Regional e Urbano no Brasil**. Blumenau: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/Furb, 2013.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. **A fronteira tardia no Platô das Guianas: o desenvolvimento econômico desigual Amapá-Guiana Francesa (1943-2013)**. Blumenau: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/Furb, 2013.

SILVA, G. V. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: as expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia)– Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEMER, M. Território Federal nas Constituições brasileiras. **Revista dos Tribunais/EDUC**, São Paulo, 1975.